

Artigo Científico

**PERFIL DOS PRODUTORES FAMILIARES DO P.A. JACURUTU
SEDE I, NO MUNICÍPIO DE CANINDÉ-CE, BRASIL**

Daniel Santiago Pereira

Engº Agrônomo, M.Sc. Ciências Animais, Instituto AGROPOLOS - ATER: Apicultura e Meliponicultura, Av. Santos Dumont, Aldeota, 60.150-161/ Fortaleza-CE, Brasil. Pesquisador E-mail santiagooesam@gmail.com

Bruna Delfino Cabral

Bch. Geografa, M. Sc., Técnico de ATES, Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido (Cactus), Canindé-CE

Getuliana Sousa Colares

Bch. Geografa, M. Sc., Técnico de ATES, Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido (Cactus), Canindé-CE

Luiz Fernando Venancio de Sousa

Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido (Cactus)

José Valdir de Sousa Filho

Biólogo, estudante de Pós-Graduação em Meio Ambiente, UVA, SOBRAL-CE, Técnico de ATES, Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido (Cactus), Canindé-CE

Liliane Ferreira

Zootecnista, estudante de Pós-Graduação em Meio Ambiente, UVA, SOBRAL-CE, Técnico de ATES, Centro de Apoio ao Desenvolvimento do Semi-Árido (Cactus), Canindé-CE

RESUMO – Foram realizadas 53 entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares residentes no Projeto de Assentamento Federal- Jacurutu sede 01, na cidade de Canindé-CE, considerando os aspectos sociais, ambientais e produtivos do assentamento atividade. Foram realizadas 53 entrevistas semi-estruturadas, com os agricultores familiares. Das famílias entrevistadas, 49 eram assentadas pelo INCRA e 04 famílias eram agregados, ou seja, famílias de amigos e/ou parentes que fixaram moradia nas dependências do assentamento Jacurutu Sede 01 sem a autorização do INCRA, totalizando 185 pessoas em todas as famílias entrevistadas. O grau de instrução apesar de baixo, foi superior ao encontrado em outros trabalhos, o uso do fogo é uma prática ainda comum, e dependem cada vez mais das rendas não-agrícolas e existe uma grande dependência das rendas não agrícolas especialmente dos pagamentos de aposentadorias e pensões.

Palavras-chave: produtores familiares; agricultura; aspectos sociais, ambientais e produtivos

**PROFILE OF FAMILY PRODUCERS OF THE JACURUTU P.A. I, IN THE
CITY OF CANINDÉ-CE, BRAZIL**

ABSTRACT – 53 interviews were conducted semi-structured with small farmers residing in the Federal Settlement Project-01 Jacurutu headquarters in the city of Canindé-EC, taking into consideration social, environmental and productive nesting activity. We conducted 53 semi-structured interviews with family farmers. Of the families interviewed, 49 were settled by INCRA and 04 families were aggregated, ie, families of friends and / or relatives who have taken up residence on the premises of the settlement Jacurutu Headquarters 01 without the permission of INCRA, totaling 185 persons in all interviewed households. The level of instruction although low, was higher than that found in other studies, the use of fire is still a practice still common, and increasingly rely on non-agricultural incomes and there is a high dependence on non-agricultural incomes especially for payments pensions.

Key Words: Producers family; agricultural, social, environmental and productive

INTRODUÇÃO

A Agricultura Familiar no Brasil

O modelo de produção agrícola existente no Brasil, baseado na transformação da base técnica da agricultura, na chamada modernização conservadora, com seu aporte tecnológico, mecanicista e com uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos está em decadência. O cultivo em monocultura, historicamente realizado no Brasil desde os grandes ciclos da era colonial, até os dias atuais, é um dos melhores exemplos desta premissa.

No Brasil, conforme Lamarche (1993), a agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a escravatura. (...) a fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo.

A grande propriedade brasileira é, portanto, considerada o modelo socialmente reconhecido, e dessa forma recebe atenção especial das políticas agrícolas. De acordo com Wanderley (1996), a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.

Esses traços tiveram influência maior no Nordeste, por onde a colonização iniciou-se, modificando-se posteriormente com o advento da ocupação do centro do país, a abolição da escravatura e a imigração estrangeira, sem, portanto perder completamente suas raízes (ALMEIDA, 2008).

A Agricultura Familiar e as Políticas Públicas

O surgimento de uma sociedade mais democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu a organização deste e de outros segmentos sociais, antes considerados incapazes. Suas organizações se mobilizam na luta por direitos sociais, antes considerados proibidos. Para reverter este quadro, é necessário rever os papéis que são atribuídos ao próprio setor agrícola nos modelos tradicionais de desenvolvimento, os quais o apontam como provedor de alimentos de matérias-primas agroindustriais a baixo custo; fornecedor de mão-de-obra barata para outros setores; mercado para as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas; financiador do desenvolvimento de outros setores da economia, e gerador de divisas para o país (ALMEIDA, 2008).

As políticas públicas bem desenvolvidas, conforme Rocha e Bacha (2000), são aquelas que conciliam crescimento econômico com preservação ambiental, estimulando o uso ordenado de recursos

naturais, com o objetivo de disponibilizar ao menos a mesma quantidade desses recursos às populações futuras, alcançando um desenvolvimento sustentável. Para tanto, ao serem formuladas, devem ser precedidas por uma política de meio ambiente que organize e coloque em prática as variadas ações que possuam como meta primordial atender às solicitações sociais e a proteção ambiental. Ainda de acordo com o mesmo autor, essa política deve estar calcada em instrumentos técnicos, econômicos e regulamentos que amenizem as discordâncias entre interesses dos agentes do Estado e da sociedade civil. A economia ecológica propõe dois desses instrumentos, que são a gestão ambiental e o zoneamento econômico-ecológico.

METODOLOGIA

Adotando o procedimento amostral aleatório simples, foram realizadas 53 entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares residentes no Projeto de Assentamento Jacurutu sede 01, na cidade de Canindé-CE.

O tamanho da amostra foi definido tomando por base, o método de amostragem para populações finitas (RICHARDSON, 1999), seguindo a fórmula: $n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$. Assim, após a sistematização, os dados estão apresentados em estrutura descritiva e refletem as dimensões sociais, ambientais e produtivas. Esta é parte de uma pesquisa que envolve trinta projetos de assentamento no município de Canindé-CE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Indicadores Sociais

No projeto de assentamento Jacurutu sede 01, foram entrevistadas 53 famílias, sendo que destas 49 famílias eram assentadas pelo INCRA e 04 famílias eram agregadas, ou seja, famílias de amigos e/ou parentes que fixaram moradia nas dependências do assentamento Jacurutu Sede 01 sem a autorização do INCRA, totalizando 185 pessoas em todas as famílias entrevistadas. (FIGURA 01).

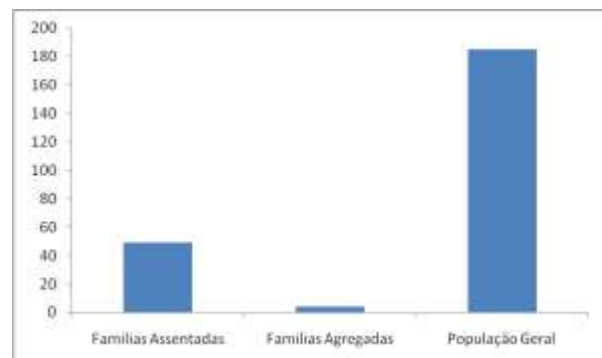


Figura 01 – Total de famílias de assentados e agregados entrevistados, e população total de entrevistados.

No P.A. verificou-se que em termos médios, 50% da população possui entre 0 a 19 anos, 44,9% entre 0 e 59 anos, e 5,1% mais de 60 anos. Segundo Oliveira (et. al., 2007), no município de Messias Targino-RN 35% da população em comunidades rurais era composta de crianças e jovens, 51% por adultos e 15% por idosos (FIGURA 02).

A relevância na identificação dos percentuais de faixa etária e gênero, sobretudo em relação às crianças, jovens e idosos em áreas rurais, requerem atenção nas políticas públicas para o meio rural (OLIVEIRA, et. al., 2007).

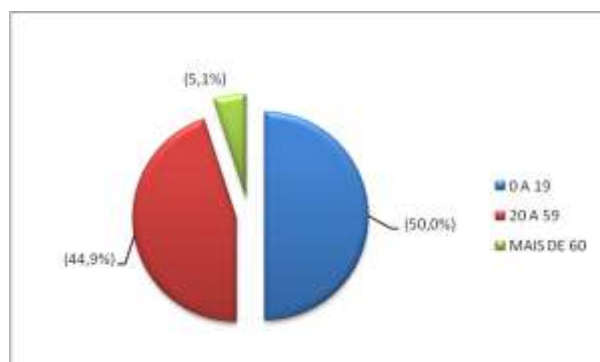


FIGURA 02 - Faixa etária da população no P.A. Jacurutu Sede 01.

Escolaridade

A Figura 03 apresenta o percentual de moradores de ainda frequentam unidades de ensino de nível fundamental, nível médio e/ou superior, que corresponde a 28,7% da população total entrevistada. Na Figura 04 é possível visualizar o grau de escolaridade no projeto de assentamento Jacurutu Sede 01: Ensino Infantil 16,4%; Fundamental I (1° a 4° série) 25,8%; Fundamental II (5° a 9° série) 21,4%; Ensino Médio 20,8%; e analfabetos 15,7%.

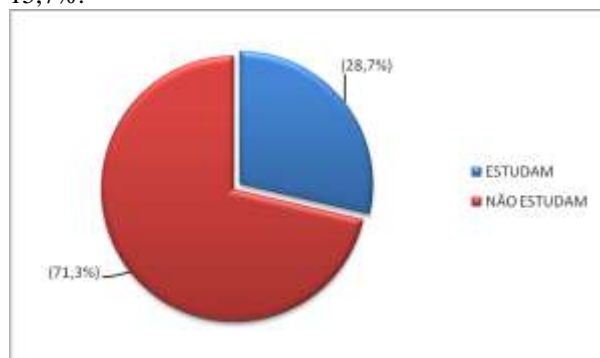


FIGURA 03 – Percentual de componentes membros familiares que estudam.

Oliveira et. al., (2007), em um trabalho realizado com produtores familiares da atividade apícola nas principais comunidades de Messias Targino-RN,

identificaram que 63,4% dos entrevistados possuíam como nível de formação máxima, o fundamental, este percentual é praticamente idêntico ao encontrado no P.A. Jacurutu que foi de 63,6%. Já os analfabetos encontrados entre os agricultores familiares do P.A. Jacurutu Sede 01, que foi de 15,7%, foi inferior ao encontrado por Almeida (2008) na zona rural de Caraubas-RN com 17%. Martins (2005), em assentamentos rurais do município de Apodi-RN, Souza (2003), também em assentamentos rurais, na Região Oeste Potiguar, apresentaram 52% de analfabetos e/ou analfabetos funcionais. No entanto o índice encontrado em Jacurutu Sede 01 foi superior ao encontrado por Henrique et. al. (2008) com produtores familiares da apicultura da Serra do Mel – RN que apresentaram 8% de analfabetos. (FIGURA 04).

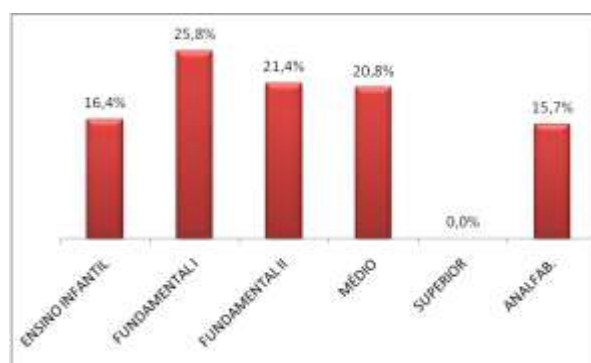


FIGURA 04 – Nível de escolaridade da população no P.A. Jacurutu Sede 01.

Quanto às crianças e jovens que estudam em escolas do ensino público, 34,7% alegaram receber material escolar (livros, cadernos, lapis, caneta, etc...), e 65,3% alegaram não possuir acesso a este benefício. Muitas das famílias que não tiveram seus filhos beneficiados alegaram ser este um dos motivos que levam seus filhos a saírem da zona rural para procurar melhores condições em escolas da cidade, fato este que poderá acelerar o êxodo dos mais jovens. (FIGURA 05).

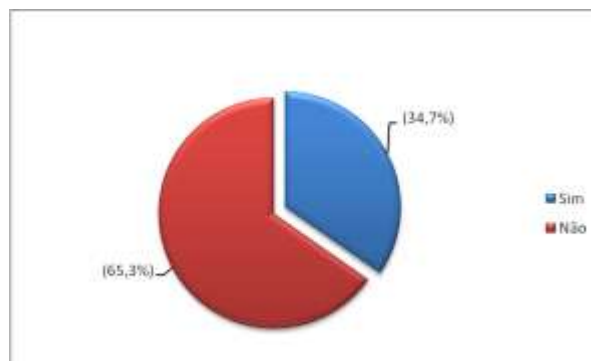


FIGURA 05 – Percentual de crianças e jovens, filhos de assentados, que recebem material didático nas escolas de ensino público.

A Figura 06, no entanto, mostra que todos os que estudam nas escolas do P.A., ou nas proximidades do mesmo, recebem merenda escolar diariamente.

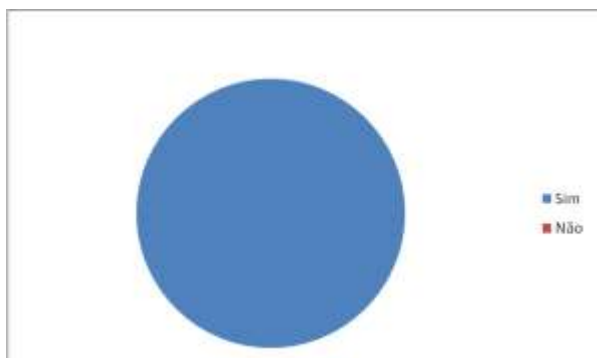


FIGURA 06 – Percentual de crianças do P.A. que recebem merenda escolar nas escolas de ensino público.

A Figura 07 mostra o interesse dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos, mostrando que em 96% das famílias, quando há reunião de pais e mestres, há pelo menos um representante familiar presente neste tipo de evento. Este fato pode ser justificado pelo consequente corte do benefício do “Bolsa Família” que poderá ser vetado caso não haja participação dos filhos nas aulas.

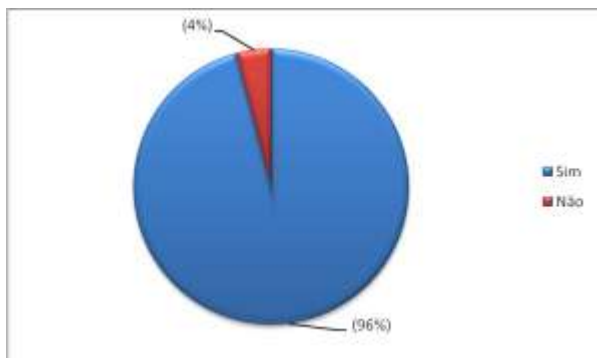


FIGURA 07 – Participação de representantes familiares assentados, nas reuniões escolares de Pais e Mestres.

A qualidade do ensino foi considerado bom por 53% das famílias entrevistadas, e regular por 47%. Os pontos mais destacados contra este ponto foi a distancia das escolas das residencias (escolas de nível médio localizadas fora das dependencias do P.A.), frequencia do transporte escolar, frequencia de alguns professores, e infra-estrutura das escolas. Assim como o material escolar, os pontos listados acima, também podem ser considerados cruciais no estímulo ao êxodo de jovens.

(FIGURA 08).

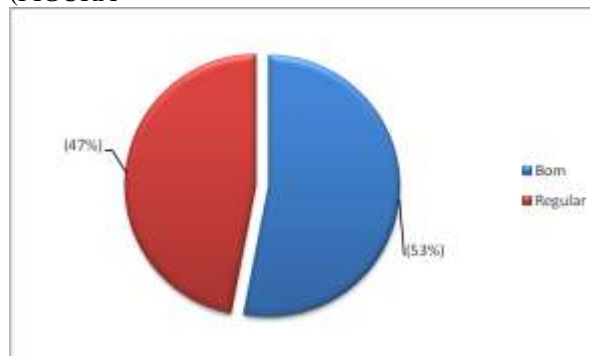


FIGURA 08 – Avaliação da qualidade do ensino na escola em que os filhos frequentam na opinião dos representantes familiares.

A Figura 09 apresenta que em 10% das famílias, algum de seus filhos participou de treinamentos. Os treinamentos indicados pelas famílias foram informática 90% (9 jovens), e curso de bijouterias (01 jovem). O curso de informática, segundo os assentados, foi uma iniciativa da empresa de Assistencia Técnica Social e Ambiental (ATES) no P.A., já que os mesmos nunca tiveram acesso a este tipo de tecnologia anteriormente. A figura 10 mostra que 3% (6 jovens) continuam tendo acesso a internet pelo menos uma vez por semana. A família beneficiada pelo curso de bijouterias, alega ter até hoje uma fonte de renda complementar a renda familiar após o treinamento.

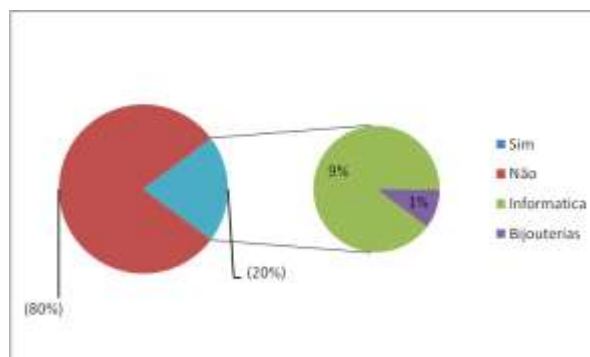


FIGURA 09 – Famílias em que os membros participaram de algum treinamento de capacitação.

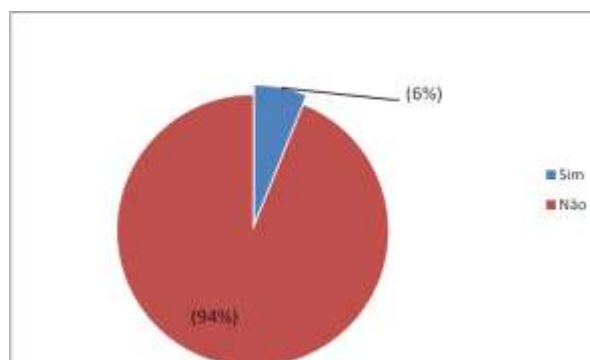


FIGURA 10 – Acessibilidade à internet pelas famílias do p.a. Jacurutu Sede 01.

A figura 11 mostra claramente a ausência de infra-estrutura para lazer, ou a deficiência no acesso a esta estrutura por parte dos jovens, já que somente 27% das famílias alegaram que seus filhos participam de alguma atividade esportiva nas dependências da escola ou não. Atividades recreativas são também, ao lado da infra-estrutura escolar (transporte, material escolar, alimentação, etc...) pontos importantes na permanência dos jovens no P.A., gerando renovação de público e ideias no P.A., e consequente continuidade do projeto de assentamento.

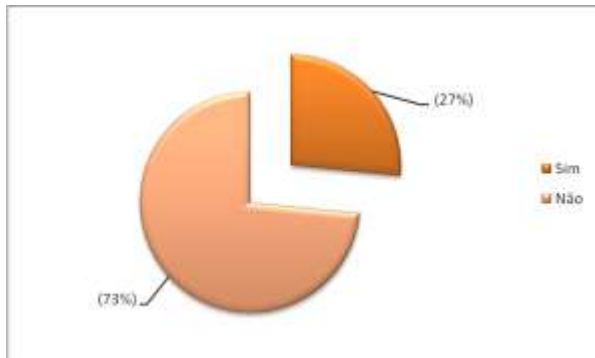


FIGURA 11 – Percentual de famílias em que seus dependentes praticam atividades esportivas.

Aspectos Sanitários

O escoamento sanitário apresentou um dos índices mais satisfatórios, apresentando 79,3% das famílias possuindo fossa séptica nas residências, 7,5% fossa rudimentar, no entanto 13,2% das famílias entrevistadas ainda fazem suas necessidades a céu aberto. (FIGURA 12).

Henrique et. al. (2008) relatou que na Serra do Mel – RN, as comunidades investigadas, apesar de destinarem 100% dos dejetos humanos para fossas sépticas, apresentam problemas relativos aos aspectos sanitários e de saneamento. Segundo Oliveira (2007), em Messias Targino 80% dos resíduos sólidos domiciliares são jogados a céu aberto. Almeida (2008) relata que na zona rural de Caraúbas-RN, a maioria das residências das duas comunidades apresenta fossas sépticas, gerando uma média de 79,5% que dirigem os dejetos humanos a estas.

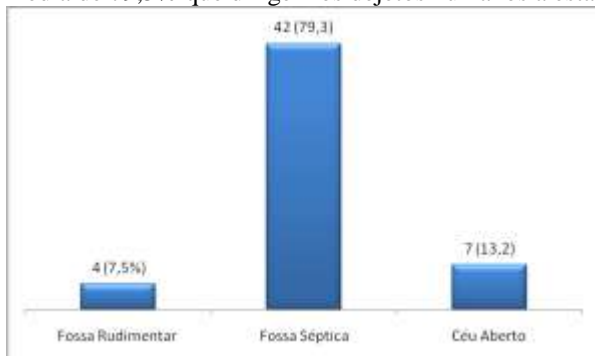


FIGURA 12 – Escoamento sanitário no P.A. Jacurutu Sede 01.

Infra-Estrutura

A figura 13 mostra que quanto a infra-estrutura de água e luz boa parte das famílias são assistidas, mostrando que 92,5% das famílias possuem energia elétrica, sendo os outros 7,5% compostas em sua maioria por famílias de agregados, e dentre estas, 4 famílias assentadas recém introduzidas no P.A. no plano de redimensionamento de Jacurutu Sede 01. Já o acesso a água encanada apresentou somente 70% das famílias entrevistadas com acesso a essa infra-estrutura, demonstrando a necessidade de um trabalho mais efetivo das representações públicas na comunidade. No entanto vale ressaltar que todas as famílias possuem em suas residências cisternas de captação de águas pluviais de aproximadamente 5.000 m³, e que no ano do respectivo estudo (2009) o acúmulo de água nestes reservatórios tem durado o ano inteiro por conta das fortes chuvas ocorridas, não necessitando da reposição por parte dos carros pipas do exercito brasileiro que realizam esse tipo de assistência nas comunidades mais carentes há algum tempo.

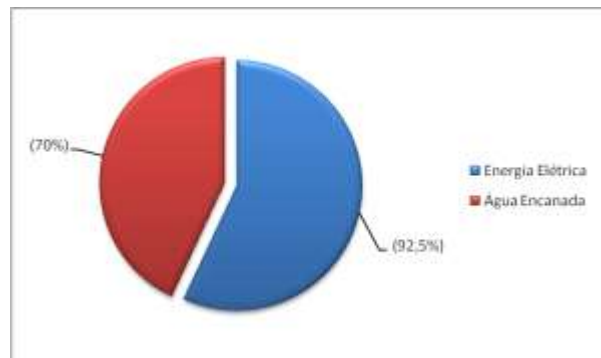


FIGURA 13 – Acesso a água e energia elétrica pelas famílias do P.A. Jacurutu Sede 01.

Fontes de Renda Agrícola e Não Agrícola

As famílias foram indagadas quanto a principal fonte de renda do P.A., ficando constatado que a agropecuária representou 62,3% na obtenção de recursos e alimentos pelas famílias, apresentando a agricultura com 35,9%, a pecuária com 26,4%, e outras fontes de renda (programas do governo federal e/ou estadual) com 37,7%. (FIGURA 14).

Pontes et al (2007) e Oliveira et al (2007), ao pesquisarem sobre a agricultura familiar em Messias Targino, preconizam que de todos os rendimentos auferidos pelas famílias rurais do município, 53% e 56,7% respectivamente, são de origem não agropecuária, valores estatisticamente muito próximos do identificado neste estudo. Henrique et. al. (2008) escreveu que na Serra do Mel 65% das famílias entrevistadas tem a agropecuária como principal fonte de renda.

Almeida (2008) verificou que no município de Caraúbas os rendimentos provenientes de pensão ou aposentadoria constituem 50% dos rendimentos médios totais, enquanto que na Serra do Mel a aposentadoria representa importância para 31% dos entrevistados. O rendimento do tipo bolsa família demonstrou maior expressividade entre os apicultores da Serra do Mel, 56%, contrastando com o mesmo dado analisado por Almeida (2007) na zona rural de Caraúbas que foi de apenas 18%.

Estas informações mostram que se tratando da fonte de recursos, o P.A. Jacurutu, apresenta resultados aproximadamente semelhantes aos outros estudos relacionados.

Segundo Schneider (2003), esses produtores exercem a “pluriatividade”, ou seja, “a combinação do exercício, por parte de pessoas de uma mesma família, de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro do grupo familiar”. Para Delgado (1999), as famílias desenvolvem esta estratégia, particularmente no Nordeste, com o intuito de diversificar e elevar a renda familiar, uma vez que os rendimentos gerados em atividades não agrícolas são, na maioria dos casos, superiores aos rendimentos agrícolas. Em muitos casos, é a renda obtida de atividades não agrícolas e/ou de transferências públicas (aposentadorias, pensões etc.) que acaba viabilizando a manutenção do estabelecimento e da família rural. De acordo com Silva e Grossi (2000), dentre as famílias, aquelas que trabalham exclusivamente em atividades agrícolas têm renda inferior às chamadas “pluriativas”, independentemente do estrato de área do estabelecimento. “Os produtores familiares dependem cada vez mais das rendas não-agrícolas e das transferências, especialmente dos pagamentos de aposentadorias e pensões para sobreviverem”.

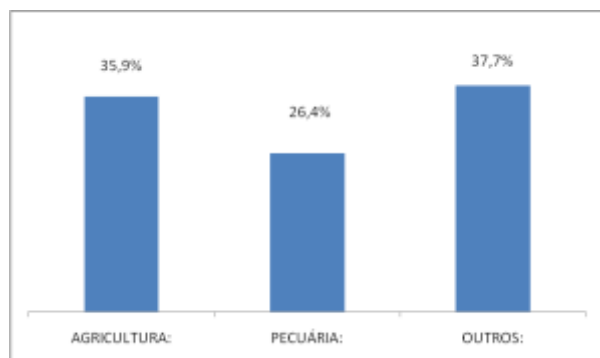


FIGURA 14 - Principal fonte de renda das famílias do P.A. Jacurutu Sede 01.

A Figura 15 mostra que 86,8% das famílias recebem benefícios do governo federal, sendo que destes, 78,3% correspondem ao bolsa família, e 21,7% a aposentadoria por conta da idade e/ou incapacidade laborativa.

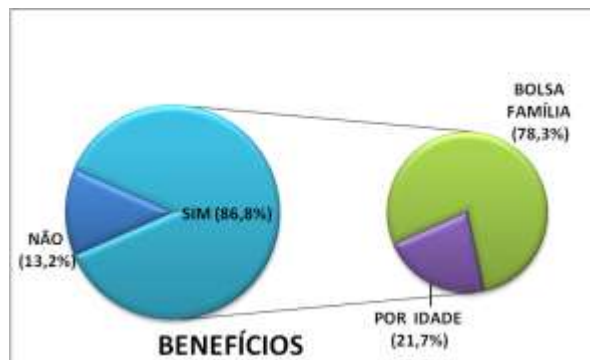


FIGURA 15 – Percentual de famílias dependentes de programas governamentais.

Indicadores Ambientais

Considerando que a agricultura familiar é uma atividade cujos impactos ambientais são na maioria positivos, foram avaliadas questões ambientais relacionadas às atividades agropecuárias, que podem inclusive intervir negativamente no desenvolvimento das atividades, como por exemplo, o uso de agrotóxicos e a prática de realização de queimadas.

A figura 16 apresenta que, para o destino do lixo de origem doméstica, 59% das famílias alegaram usar o fogo para se desfazer do material inútil (principalmente papel e plástico), 39% jogam este material a céu aberto, e somente 4% alegam enterrar o lixo. De posse dessas informações os próprios assentados realizaram reunião extraordinária com o propósito de introduzir no Regimento Interno da associação do P.A. soluções como separar e juntar materiais como vidro, sacolas plásticas e garrafas pet, para que uma vez por mês o volume deste material viabiliza-se a ida do serviço público de coleta de lixo. E o material orgânico, de acordo com sugestão dos próprios assentados, poderia vir a ser utilizado na agricultura, no entanto somente um novo levantamento poderá verificar se estas medidas realmente foram efetivadas.

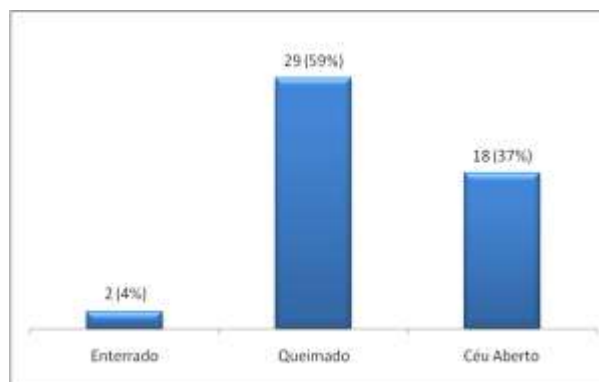


FIGURA 16 – Destino do lixo doméstico no P.A. Jacurutu Sede 01.

ATIVIDADES AGRICOLAS

As queimadas nas atividades agropecuárias também é outro problema de ordem ambiental, sobretudo na agricultura familiar. O uso do fogo é uma prática ainda comum entre boa parte dos produtores da agricultura familiar no P.A. Jacurutu Sede 01. Os entrevistados declararam utilizar aproximadamente 143,5 há para o cultivo de culturas anuais, sendo o milho a atividade agrícola com maior incidência com 54% da área em questão, seguido pelo cultivo do feijão com 35% da área ocupada, a mamona com 10% e a mandioca com aproximadamente 0,3%, os outros 0,7% restantes correspondem ao cultivo de abóbora, fava, e hortaliças. Desta área de 143 há, aproximadamente 33,4% (48 ha), foram limpos com o uso do fogo. Os agricultores que ainda resistem nesta prática alegam que o uso do fogo favorece um crescimento mais vigoroso das plantas, e uma maior produtividade (FIGURA 17). Considerando que cada produtor utiliza aproximadamente 2 a 3 há por ano para o cultivo dessas culturas, então aproximadamente 30% dos produtores utilizam esta prática.

Henrique et. al. (2008), relata que 44% dos apicultores da Serra do Mel-RN utilizam o fogo como prática de limpeza das áreas, Neto (2007) também na Serra do Mel, verificou que 72,7% dos produtores convencionais de caju entrevistados realizam queimadas. Na zona rural de Messias Targino, Oliveira (2007) verificou que 83,3% dos entrevistados adotam as queimadas. Em assentamentos rurais de Apodi, Martins (2005) identificou 80% dos produtores, e em Caraúbas, Almeida (2008) relatou que 90% dos entrevistados utilizam esse método.

Apesar de o índice encontrado em Jacurutu não ser baixo, o mesmo é mais ameno quando comparado aos estudos realizados com agricultores familiares do Rio Grande do Norte.

Segundo Almeida (2008), ainda existe uma tradição muito grande por parte dos produtores em utilizar fogo para queimar restos vegetais tanto para limpeza no ato da poda quanto após desmatar determinada área para plantio. Tal ação desgasta o solo de forma muito rápida, e a recuperação deste se dá de forma muito lenta, uma área queimada leva cerca de dez anos para se restabelecer. Para Henrique (2008) o uso do fogo merece atenção especial, pois provoca consequências prejudiciais ao ambiente, como aceleração do processo erosivo e eliminação da micro e meso fauna, presentes no solo, essenciais para a ciclagem de nutrientes.

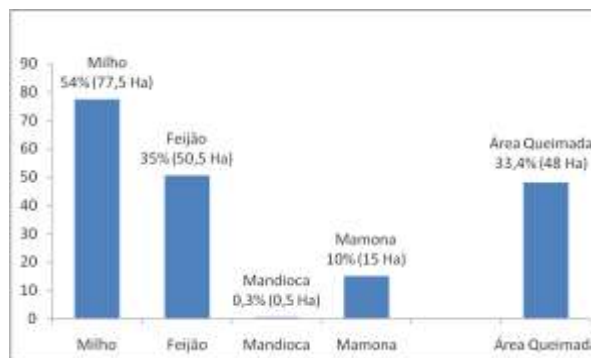


FIGURA 17 – Atividades agrícolas exploradas no P.A. Jacurutu Sede 01, e percentual de área utilizada pelos agricultores familiares que utilizam ou não o fogo como trato cultural em suas áreas.

AGRICULTURA CONSERVACIONISTA

O uso de práticas para evitar a degradação do solo, como aplicação de esterco e uso de cobertura morta, também foi investigado nesta pesquisa. Verificou-se que estas práticas agroecológicas, não são usuais para os produtores de Jacurutu, já que apenas 2% declararam realizar algum tipo de manejo de conservação do solo, Oliveira (2007) identificou que a maioria (84,8%) dos produtores familiares de Messias Targino também não utilizam métodos de conservação. (FIGURA 18). Almeida (2008), identificou que em Caraúbas também não existe preocupação com a conservação do solo, no entanto, existe para a manutenção da fertilidade do solo, o uso do esterco bovino no ato do plantio, sendo utilizado por 73% dos produtores de Santo Antônio e 53% de Mirandas.

A este respeito, ressalta-se que embora as grandes agroindústrias sejam as maiores responsáveis pela degradação ambiental no meio rural, a pequena produção agropecuária também tem sua parcela de responsabilidade, sobretudo, por impactos negativos em decorrência do elevado índice de desmatamento das parcelas e do uso de padrões tecnológicos degradantes do solo (FETARN, 1996).

Outros aspectos identificados foram que apenas 2% utiliza produtos orgânicos no combate de pragas e doenças, mostrando que apesar do nível de conhecimento ainda ser limitado, o mesmo já existe. Somente 8,2% dos agricultores utilizam agrotóxicos, haja visto que a maior parte do que é produzido é consumido pelos próprios agricultores e suas famílias, o uso destes produtos é restrito.

Em relação aos métodos de controle de pragas e doenças na agricultura, os produtores de Mel do município de Serra do Mel não utilizam agrotóxicos. Os dados diferem ao que foi diagnosticado por Lourenço Neto (2007), e de Oliveira (2007) onde relatou-se que 83,3% dos produtores de Messias Targino utilizam este método.

Quanto às áreas de preservação, 89,8% dos agricultores alegaram ter conhecimento da legislação que rege as áreas de reserva legal (ARL), e as áreas de reserva

permanente (ARP) existentes no P.A., e que os mesmos a respeitam.

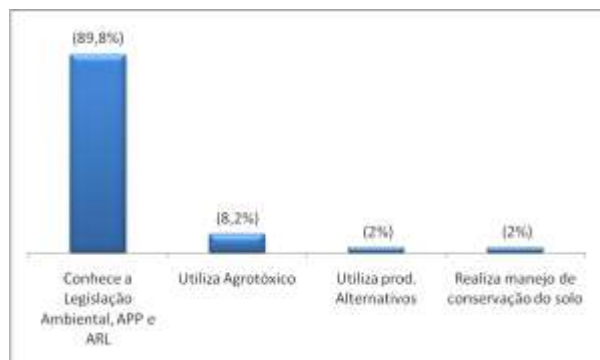


FIGURA 18 – Nível de conhecimento dos agricultores familiares no P.A. Jacurutu Sede 01.

PECUÁRIA

Dentre as atividades zootécnicas exploradas no P.A., destacam-se: criação de aves (perus, galinhas de angola, galinhas, patos, marrecos, etc...) com o quantitativo individual representando 46,1% dos animais explorados; ovinos representando 24,6%; bovinos 10,3%; suínos 9%; seguidos pelos caprinos com 5,8% e asinios com 4,1%.

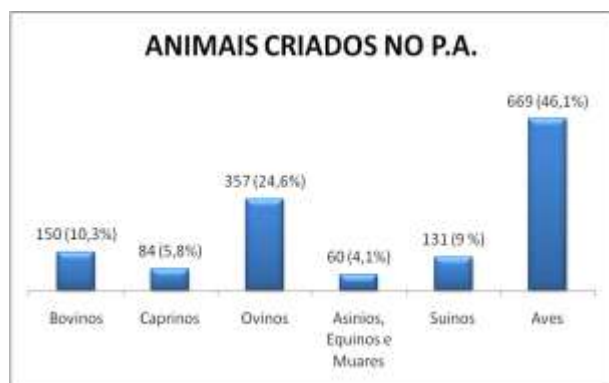


Figura 19 – Animais explorados pelas famílias no P.A. Jacurutu Sede 01.

CONCLUSÕES

Através deste trabalho realizado no Projeto de Assentamento Jacurutu Sede 01, no município de Canindé-CE, podemos concluir que: O grau de instrução apesar de baixo, foi superior ao encontrado em outros trabalhos; Quanto ao ensino a participação no desenvolvimento escolar dos filhos aportou 96% das famílias, o ensino foi considerado bom por 53% e somente 27% dos estudantes têm acesso ao lazer; Quanto ao escoamento sanitário 79,3% das residências possuem fossa séptica, 59% fazem uso do fogo para eliminar o lixo e 37% das famílias jogam a céu aberto; Com relação a infra-estrutura 92,5% das casas têm energia elétrica e 70% água encanada; 62,3% da renda principal das famílias

advêm da agropecuária e 37,3% de programas sociais; As atividades agrícolas de maior impacto são o milho e o feijão, ocupando % da área agricultável, e somente 8,2% usam agrotóxico.

AGRADECIMENTOS

A todos os técnicos (as) de ATES da ONG CACTUS, que foram indispensáveis na coleta de dados, bem com a disponibilidade e atenção dos assentados visitados.

REFERENCIAS

ALMEIDA, C.M. de; MARACAJÁ, P.B.; SILVA, J.F. da; MARTINS, J.C. de V.; PONTES, F.S.T.. **A sustentabilidade da atividade apícola em duas comunidades no município de Caraubas-RN**. Revista Verde (Mossoró-RN-Brasil) v.3, n.1, p.83-107. 2008.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE (FETARN). **Impactos ambientais da pequena produção agropecuária no semi-árido nordestino**. São José do Mipibu: KAS – Fundação Konrad Adenauer, 1996. 40p

GRAZIANO DA SILVA, J.; GROSSI, M.E. Del. A evolução da agricultura familiar e do agribusiness nos anos 90. In: RATTNER, Henrique. **Brasil no limiar do Século XXI: Alternativas para a construção de uma sociedade sustentável**. São Paulo: USO, 2000.

HENRIQUE, R.G.; PEREIRA, D.S.; OLIVEIRA, A.M.; MEDEIROS, P.V.Q. de; CUNHA, F.F.. **PERFIL DOS PRODUTORES FAMILIARES DE MEL NO MUNICÍPIO DE SERRA DO MEL - RN**. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil)2008, v.3, n.4, p29-41.

LAMARCHE, H. **A Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1993.336p.

LOURENÇO NETO, Manoel. **Sustentabilidade da cajucultura no município de Serra do Mel/RN: produção certificada x convencional o caso dos produtores de mel**. Mossoró/RN: UERN, 2007, 76p. (Monografia de Graduação).

MARTINS, Jacqueline Cunha de Vasconcelos. **Adoçando vidas no semi-árido potiguar: apicultura e inclusão social em assentamentos de reforma agrária**. In: SOUZA, F. C. S. (org.). **Potencialidades e (in)sustentabilidade no semiárido potiguar**. Mossoró:CEFER-RN, 2005. 216p. p.61-85.

OLIVEIRA, A.M.; MARTINS, J.C.V.; DINIZ FILHO, E.T.; LIRA, J.F.B. de; PONTES, F.S.T.. **PERFIL DOS PRODUTORES FAMILIARES DE MEL NO**

MUNICÍPIO DE MESSIAS TARGINO-RN. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) 2007, v.2, n.2, p.162-170.

PONTES, Frederico Silva Thé; ASSIS, Sérgio Ricardo Francisco; PONTES, Frederico Silva Thé Filho; PONTES, Felipe Moura; DINIS FILHO, Edimar Teixeira. **Tipificação da agricultura familiar no município de Messias Targino - RN.** Revista de agroecologia e desenvolvimento Sustentável, v.2, n.1, p. 90-104,abr/jun 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 336p.

ROCHA, D. P. e BACHA, C.J.C. A Preocupação das Políticas Públicas com a Sustentabilidade dos Recursos Florestais em Rondônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** Vol 38, N° 3, p. 09 – 40, Jul./Set., 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.

SOUZA, Magda C. **Estudo da sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária no município de Mossoró-RN.** 2003. 118f. Dissertação (Mestrado) – UERN, Mossoró, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.23p.